

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LÍDIA REGINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Políticas de acesso e permanência de mulheres no curso de Pedagogia da UFPB: desafios e perspectivas

João Pessoa – PB
2026

LÍDIA REGINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Políticas de acesso e permanência de mulheres no curso de Pedagogia da UFPB: desafios e perspectivas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Mariana Lins de Oliveira

João Pessoa

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48p Oliveira, Lidia Regina Figueiredo de.
Políticas de acesso e permanência de mulheres no curso de Pedagogia da UFPB: desafios e perspectivas / Lidia Regina Figueiredo de Oliveira. - João Pessoa, 2026.
41 f. : il.

Orientação: Mariana Lins de Oliveira.
Coorientação: Anne Karoline Cantalice Sena.
Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Assistência estudantil. 2. Acesso e permanência de mulheres. 3. Pedagogia. 4. Permanência. I. Oliveira, Mariana Lins de. II. Sena, Anne Karoline Cantalice. III. Título.

UFPB/CE CDU 37(043.2)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104

LIDIA REGINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Políticas de acesso e permanência de estudantes mulheres no curso de Pedagogia da UFPB: desafios e perspectivas

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

João Pessoa, 21 de agosto de 2026.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIANA LINS DE OLIVEIRA
Data: 21/08/2026 09:08:16 -0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Mariana Lins de Oliveira
Orientadora
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANNE KAROLINE CANTALICE SENA
Data: 21/08/2026 08:59:49 -0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Ms. Anne Karoline Cantalice Sena
Coorientadora
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
gov.br
FRANCISCO ALEX PEREIRA SOARES
Data: 21/08/2026 10:09:08 -0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Francisco Alex Pereira Soares
Avaliador
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARLENE HELENA DE OLIVEIRA SILVA
Data: 21/08/2026 11:17:53 -0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dra. Marlene Helena de Oliveira Silva
Avaliadora
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui é olhar para toda a minha trajetória acadêmica e perceber que este momento representa muito mais do que a conclusão de uma graduação. Representa uma caminhada marcada por aprendizados, desafios, encontros, oportunidades, perdas, conquistas e, principalmente, por pessoas que fizeram parte dessa história e contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter guiado meus passos e por ter feito tudo, mesmo nos momentos mais difíceis, encontrar um sentido. Agradeço também aos espíritos de luz que sempre estiveram comigo, trazendo força, proteção, serenidade e esperança nos momentos em que mais precisei. Em muitos momentos dessa trajetória, quando as dificuldades pareciam maiores do que minhas forças, encontrei motivos para continuar e acreditar que seria possível chegar até aqui.

À minha avó Maria Dapaz, *in memoriam*, minha eterna gratidão. Foi uma mulher que deixou em mim marcas profundas de amor, força e inspiração. Foi também uma das grandes responsáveis por despertar em mim o desejo de seguir o caminho da Educação e me tornar pedagoga, assim como ela. Embora não esteja fisicamente presente para acompanhar este momento, carrego comigo seus ensinamentos, sua história e tudo aquilo que ela representa na minha vida. Este trabalho também é, de certa forma, uma homenagem a ela e ao legado que deixou em mim.

À minha mãe Márcia, aos meus irmãos Larissa e Felipe e a toda a minha amada família, agradeço pelo amor, pelo apoio, pela compreensão e por estarem presentes ao longo dessa caminhada. Cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e cada demonstração de confiança foram importantes para que eu pudesse seguir em frente. Esta conquista também pertence a vocês.

Aos meus amigos, deixo minha profunda gratidão. Aos amigos que nasceram nesta instituição de ensino e que tornaram a caminhada acadêmica mais leve, divertida e significativa, e também àqueles que já faziam parte da minha vida antes da universidade e que permaneceram ao meu lado, oferecendo apoio, carinho e incentivo. Sou grata por cada encontro, cada conversa, cada ajuda e por todas as vezes em que vocês estiveram presentes quando precisei. Algumas amizades que nasceram durante essa trajetória certamente levarei para a vida.

Aos professores que fizeram parte da minha formação, minha sincera gratidão por todos os ensinamentos e oportunidades. Agradeço especialmente àqueles que acreditaram no meu potencial e me deram a oportunidade de participar de projetos de pesquisa, extensão, monitoria e bolsas acadêmicas. Essas experiências foram fundamentais não apenas para minha formação profissional, mas também para o meu crescimento pessoal, para a construção da minha identidade enquanto pedagoga e para que eu pudesse compreender, na prática, a importância da universidade pública na formação de seus estudantes.

À minha orientadora e coorientadora Anne, também deixo meu carinho e minha gratidão.

À banca examinadora, agradeço imensamente pela disponibilidade, pelo tempo dedicado à leitura deste trabalho e pelas contribuições que certamente serão importantes para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Hoje, ao concluir esta etapa, levo comigo muito mais do que uma formação em Pedagogia. Levo pessoas, histórias, aprendizados, amizades, oportunidades e memórias que permanecerão comigo para além da universidade. Amo e sou profundamente grata a cada pessoa que fez parte dessa trajetória. A todos vocês, meu mais sincero e eterno obrigada.

RESUMO

As políticas de Assistência Estudantil desempenham papel fundamental para a garantia da democratização do ensino na universidade, além de promover condições mais igualitárias e contribuir para a redução dos índices de evasão e desistência. Diante disso, torna-se essencial ampliar e fortalecer programas e políticas públicas voltadas à melhoria das condições de permanência estudantil. Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar como a política de Assistência Estudantil têm contribuído para a permanência das discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. De maneira específica, buscou-se: descrever o funcionamento da política de Assistência Estudantil implementada pela Universidade Federal da Paraíba; identificar de que forma essa política tem contribuído para a redução de níveis de abandono e evasão no curso de pedagogia; apresentar propostas para o aprimoramento da Assistência Estudantil na referida Universidade. A metodologia é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, apoiada na análise documental. Como resultados, observou-se que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) disponibiliza diferentes políticas de Assistência Estudantil voltadas ao apoio e à permanência dos estudantes, como o Restaurante Universitário, a Residência Universitária, o Auxílio-Moradia, o Auxílio-Alimentação, o Auxílio-Transporte e o Auxílio-Creche, entre outros benefícios. Tais políticas podem contribuir para a redução de fatores que dificultam a permanência acadêmica, especialmente aqueles relacionados às condições socioeconômicas dos estudantes. Nesse sentido, os benefícios oferecidos pela instituição podem favorecer a permanência das estudantes no curso, ao possibilitar melhores condições para sua dedicação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo, consequentemente, para a continuidade e a conclusão da formação acadêmica. Conclui-se, portanto, que as políticas de Assistência Estudantil desempenham papel relevante na permanência dos estudantes no ensino superior e, por isso, devem ser fortalecidas, ampliadas e continuamente avaliadas. O investimento nessas políticas contribui para a construção de uma universidade pública mais equitativa, inclusiva e democrática, comprometida não apenas com o acesso à educação superior, mas também com a garantia de condições para a permanência e a conclusão da formação acadêmica.

Palavras-chave: assistência estudantil; acesso e permanência de mulheres; pedagogia; permanência.

ABSTRACT

Student Assistance policies play a fundamental role in ensuring the democratization of higher education at universities, as well as in promoting more equitable conditions and contributing to the reduction of dropout and withdrawal rates. Therefore, it is essential to expand and strengthen public programs and policies aimed at improving the conditions for student retention. Within this context, the objective of this study was to analyze how Student Assistance policies have contributed to the retention of female students enrolled in the Pedagogy program at the Federal University of Paraíba. More specifically, the study aimed to: describe the functioning of the Student Assistance policy implemented by the Federal University of Paraíba; identify how this policy has contributed to reducing dropout and withdrawal rates in the Pedagogy program; and present proposals for improving Student Assistance at the aforementioned university. The methodology is qualitative, descriptive, and exploratory in nature, supported by document analysis. The results showed that the Federal University of Paraíba (UFPB) provides various Student Assistance policies aimed at supporting and promoting student retention, such as the University Restaurant, University Residence, Housing Assistance, Food Assistance, Transportation Assistance, and Childcare Assistance, among other benefits. These policies may contribute to reducing factors that hinder academic retention, particularly those related to students' socioeconomic conditions. In this regard, the benefits provided by the institution may support students' retention in the program by enabling better conditions for their engagement in teaching, research, and extension activities, consequently contributing to the continuation and completion of their academic education. It is therefore concluded that Student Assistance policies play a relevant role in promoting student retention in higher education and should consequently be strengthened, expanded, and continuously evaluated. Investment in these policies contributes to building a more equitable, inclusive, and democratic public university, committed not only to expanding access to higher education but also to ensuring the conditions necessary for students to remain in and complete their academic education.

Keywords: student assistance; access and retention of women; pedagogy; retention.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de ingressantes do sexo feminino no período de 2011 a 2014..... 32

Gráfico 2 - Variação anual do número de concluintes no período de 2014 a 2023….. 34

Gráfico 3 - Evolução do número de cancelamentos de matrícula por ano, no período de 2012 a 2019..... 35

Gráfico 4 - Número de trancamentos de matrícula no período de 2011 a 2018..... 36

.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BSH – Programa Brasil Sem Homofobia

CE – Centro de Educação

CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade

Consuni – Conselho Universitário

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência em Atenção à Saúde

EaD – Educação a Distância

Enem– Exame Nacional do Ensino Médio

Fies – Fundo de Investimento Estudantil

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFETs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEEI – Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

Parfor – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PBP – Programa Bolsa Permanência

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Pnaes – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PRAPE – Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante

Prouni – Programa Universidade para Todos

Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Secrie – Secretaria de Inclusão Educacional

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

Seea – Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo

SEPPIR – Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SPM – Secretaria Especial de Política para Mulheres

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

..... 15

2 O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO BRASIL

..... 17

2.1 A democratização do acesso e o papel da assistência estudantil 17

2.1.1 O PNAES como garantia de permanência universitária

.....20

2.1.2 Assistência estudantil na UFPB: ações da PRAPE no apoio às estudantes

.....22

2.2 Gênero, diversidade e os desafios da mulher na trajetória acadêmica 25

2.2.1 Políticas públicas e a promoção da diversidade sexual

..... 26

3 PERCURSO METODOLÓGICO

.....29

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

..... 31

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

..... 39

REFERÊNCIAS

..... 41

1 INTRODUÇÃO

A escolha desse tema está diretamente relacionada à minha trajetória na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ao longo da graduação, fui beneficiária das políticas de permanência estudantil desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), por meio do acesso ao Restaurante Universitário (RU) e ao auxílio-transporte. Além disso, participei como bolsista, monitora e estagiária de alguns programas e projetos institucionais, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e o Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), iniciativa do Governo Federal desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Essas experiências permitiram compreender, na prática, a relevância das políticas de acesso e permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, evidenciando que essas ações ampliam as oportunidades de formação acadêmica, desenvolvimento profissional e inclusão social. Nesse contexto, este estudo parte da compreensão de que as políticas de permanência estudantil desempenham um papel fundamental na garantia do direito à educação superior, possibilitando que estudantes com recursos financeiros limitados ingressem, permaneçam e concluam sua formação universitária.

Nas palavras de Ramos (2023, p.19), a assistência estudantil representa “uma política relevante para garantir a inserção e permanência dos estudantes no ensino superior”. Dentre elas/es, destacam-se as mulheres, expressiva maioria no Curso de Pedagogia – foco deste trabalho – pelo processo histórico de feminização da carreira docente e por representar um grupo que atravessa desafios, sendo eles de gênero, raça e/ou condições econômicas.

Além disso, a escolha por investigar as políticas de acesso e permanência voltadas às estudantes do gênero feminino no Centro de Educação (CE) da UFPB também está relacionada à minha própria vivência enquanto estudante de Pedagogia. Logo, esta investigação representa não apenas uma oportunidade de analisar os impactos das políticas de permanência estudantil na democratização do ensino superior, mas também de dar visibilidade a ações que exerceram papel decisivo em minha trajetória acadêmica e profissional. Ao articular minha experiência com a produção científica sobre o tema, pretendo contribuir para a reflexão acerca

da importância dessas políticas na promoção da equidade, da inclusão e da permanência de estudantes no ensino superior público.

Considerando a relevância das políticas de assistência estudantil para a democratização do ensino superior e para a permanência dos estudantes na universidade, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: De que maneira a política de Assistência Estudantil tem contribuído para a permanência das discentes do curso de Pedagogia da UFPB?

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral analisar como a Assistência Estudantil têm contribuído para a permanência das discentes do curso de Pedagogia. E como objetivos específicos buscou-se descrever o funcionamento da política de Assistência Estudantil implementada pela Universidade Federal da Paraíba; identificar de que forma essa política tem contribuído para a redução de níveis de abandono e evasão no curso de pedagogia e apresentar propostas para o aprimoramento da Assistência Estudantil na referida Universidade.

Metodologicamente, a pesquisa se apoia em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e natureza aplicada, utilizando-se da análise documental atrelada à reflexão sobre ingresso, conclusão, cancelamento e trancamento de matrícula disponibilizados em registros institucionais da UFPB.

No que se refere à organização, o trabalho está estruturado em dois eixos principais de discussão. O primeiro compreende a fundamentação teórica, abordando a trajetória das políticas de acesso e permanência no Brasil; a democratização do acesso ao ensino superior e o papel da assistência estudantil; o Programa Nacional de Assistência Estudantil e as ações desenvolvidas na UFPB; os desafios enfrentados pelas mulheres em sua trajetória acadêmica; bem como as principais políticas públicas voltadas à promoção da diversidade sexual.

O segundo eixo apresenta o percurso metodológico adotado para fundamentar a apresentação e discussão dos resultados, centrados na análise dos indicadores acadêmicos das estudantes do curso de Pedagogia da UFPB.

2 O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO BRASIL

A educação é um direito de todos, sendo dever do Estado garanti-la de forma igualitária e com qualidade. Nesse contexto, cabe à família, ao Estado e a sociedade em geral atuar conjuntamente na busca por estratégias que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior (Brasil, 1988).

Nesse contexto, as políticas de Assistência Estudantil desempenham papel fundamental, pois visam a democratização desse ensino, além de promover condições mais igualitárias e contribuir para a redução dos índices de evasão e desistência. Diante disso, torna-se essencial ampliar e fortalecer programas e políticas públicas voltadas à melhoria das condições de permanência estudantil, garantindo que o direito à educação se concretize de maneira mais plena. Nessa seção, serão abordadas discussões como a trajetória das políticas de acesso e permanência no Brasil; a democratização do acesso ao ensino superior e o papel da assistência estudantil; o Programa Nacional de Assistência Estudantil e as ações desenvolvidas na UFPB; os desafios enfrentados pelas mulheres em sua trajetória acadêmica; bem como as principais políticas públicas voltadas à promoção da diversidade sexual.

2.1 A democratização do acesso e o papel da assistência estudantil

As primeiras políticas de Assistência Estudantil remontam a 1928, ainda na República Velha, através da criação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, cujo objetivo era oferecer suporte aos estudantes brasileiros que estudavam naquela região (Araújo, 2007). Vale destacar que, nesse período, as práticas de assistência estudantil desta época favoreciam majoritariamente os indivíduos de classes econômicas privilegiadas (Dutra; Santos, 2017), uma vez que eram estas famílias que possuíam condições de garantir o acesso de seus filhos ao ensino superior, inclusive no exterior (Vasconcelos, 2010).

A partir da década de 1930, a Assistência Estudantil passa a atuar como direito social de todo cidadão, promovendo ações direcionadas às camadas menos favorecidas e oferecendo a elas condições melhores de moradia e alimentação aos

beneficiários (Imperatori, 2017). Durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, a educação passou a ser reconhecida como direito fundamental, o que ocasionou o surgimento de novas legislações relacionadas ao tema (Vasconcelos, 2010). Através do Decreto n.º 19.850/1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação, responsável por assessorar o Ministro da Educação em assuntos relacionados ao ensino. Nesse mesmo ano foi promulgado o Decreto n. 19.851/1931, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior, que previa a concessão de bolsas de estudos a estudantes comprovadamente pobres (Imperatori, 2017). Anos depois, a Constituição de 1934 ampliou a proteção social, prevendo planos de assistência alimentar, dentária e médica, além do fornecimento de material escolar e da oferta de bolsa de estudos (Dutra; Santos, 2017).

Anos mais tarde, entre as décadas de 1950 e 1970, houve uma significativa expansão da educação superior em todo o país, marcada pela criação de novas universidades federais, pelo menos uma em cada estado, além do surgimento das universidades estaduais e particulares (Vasconcelos, 2010). Entretanto, foi na década de 1970 que houve um expressivo aumento do número de matrículas no ensino superior, passando de 300 mil para 1,5 milhão em 1980 (Imperatori, 2017). Esse crescimento esteve diretamente relacionado ao processo de expansão e modernização do sistema educacional brasileiro, no qual a ampliação da oferta de vagas contribuiu significativamente para o aumento do número de estudantes matriculados no ensino superior.

Em 1987, surgem duas novas instituições que trabalhavam em defesa de iniciativas de auxílio aos estudantes: a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) (Vasconcelos, 2010). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito à educação passou a ser reconhecido como um direito universal, assegurado a todos os brasileiros (Oliveira; Oliveira, 2015).

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) entre os anos de 1995 à 2002, foi criado o Fundo de Investimento Estudantil (Fies) através da Medida Provisória nº 1.827/1999, a qual foi reeditada várias vezes até ser convertida na Lei nº 10.260/2001. O Fies permitiu que houvesse o ingresso de alunos economicamente vulneráveis em instituições privadas de ensino superior, por meio da oferta de financiamentos de até 100% do valor dos cursos de graduação em

instituições privadas, com juros reduzidos e longo prazo para amortização (Carvalho, 2020).

Outro evento que se destacou para essa expansão da educação superior foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (Lei nº 9.394/1996), que estabelece a organização e o funcionamento da educação brasileira e reafirma o direito à educação gratuita e de qualidade. O Programa Expandir, uma iniciativa governamental, criada no ano de 2003 e vigente até o ano de 2006, tinha como objetivo ampliar e interiorizar a oferta de vagas nas universidades federais, através da criação de novos campi e da descentralização dessas instituições, principalmente em cidades localizadas no interior das capitais (Carvalho, 2020).

Em 2004, houve a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), por meio da Medida Provisória nº 213, posteriormente convertida na Lei nº 11.096/2005, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Prouni estabeleceu a oferta de bolsas de estudo (integrais e/ou parciais) para estudantes em instituições privadas de ensino superior.

Em 2006, teve início a segunda fase de expansão do ensino superior, marcada pelo aumento do acesso de milhões de jovens e adultos às instituições privadas de ensino superior (Fredenhagem et al., 2012). Em 2005, foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800/2006, com o propósito de ampliar o acesso ao ensino superior por meio da Educação a Distância (EaD).

Em 2007, a Portaria Normativa nº 39/2007 instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que representou um marco histórico para a Assistência Estudantil no país (Estrada; Radaelli, 2017). Anos mais tarde essa Portaria foi substituída pelo Decreto nº 7.234 /2010, que regulamentou oficialmente o Pnaes. O programa busca expandir e democratizar as condições de acesso e permanência no ensino superior público, além de reduzir as taxas de retenção e evasão escolar (Brasil, 2010).

Ainda no ano de 2007, foi instituído o Decreto nº 6.096/2007, que criou o Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), destinado a ampliar as condições de acesso e permanência na educação superior (Brasil, 2007). Vale ressaltar que a participação das universidades nesse programa

era facultativa. Para incentivar a adesão, o governo federal concedia um acréscimo de até 20% no repasse dos recursos destinados às despesas de custeio e pessoal.

Em contrapartida, para garantir o repasse desses recursos as universidades deveriam cumprir metas como: aumento do número de estudantes matriculados e da relação aluno/professor nos cursos presenciais (atingindo a proporção de 18 alunos por docente), flexibilização do currículo e aumento da oferta de cursos na modalidade EaD e elevação da taxa de conclusão dos cursos para 90%, dentre outras metas (Mancebo; Vale e Martins, 2015).

Posteriormente, a Lei nº 11.892/2008 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia (IFETs), responsáveis por ofertar educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades (Farias, 2018). Essas instituições também desempenham papel na promoção da pesquisa, da produção cultural, do empreendedorismo, do cooperativismo, entre outras atividades formativas (Otranto, 2011).

Em 2010, a Portaria Normativa nº 2/2010 instituiu o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), um sistema informatizado que utiliza os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para o ingresso no ensino superior. O Sisu permite ao candidato escolher instituições de qualquer região do país no ato da inscrição, sem a necessidade de deslocamento do mesmo para outras localidades para a realização da prova (Carvalho, 2020).

Dessa forma, observa-se que ao longo dos anos sempre houve uma progressiva preocupação a respeito da ampliação do acesso ao ensino superior, porém ainda mais importante que isso é favorecer a necessidade de implementação de políticas de permanência nas instituições de ensino superior. Nesse contexto, a seguir trataremos de forma mais profunda sobre as Políticas de assistência estudantil (Pnaes) e como é realizada a assistência estudantil na UFPB.

2.1.1 O Pnaes como garantia de permanência universitária

Vasconcelos (2010), define a Assistência Estudantil como a busca por recursos que causem melhorias do desempenho acadêmico, diminuindo o abandono e evasão escolar. Inicialmente, essas ações estavam vinculadas principalmente à oferta de auxílio financeiro e/ou de moradia estudantil. Porém, com o passar dos anos este passou a ser gerenciado como forma de ampliar o acesso ao ensino

superior por alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Aliado a isso, surgiram as políticas públicas que buscam a criação de meios que garantam a permanência dos alunos nos cursos de graduação.

Dentre as ações de Assistência Estudantil utilizadas como forma de garantir essa permanência discente, temos: o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Instituído através do Decreto nº 7.234/2010 busca garantir a permanência discente, trabalhando contra a evasão e retenção escolar no ensino superior e reduzindo ainda as desigualdades sociais que possam afetar o aluno durante a trajetória acadêmica (Brasil, 2010).

Além dos objetivos já citados, o Pnaes também busca contribuir com a promoção da inclusão social através da educação. Para atingir esses objetivos, esta passa a atuar não apenas na educação, mas em outras áreas, como previsto no artigo 3º, § 1, do Decreto nº 7.234/2010:

> § 1º As ações de assistência estudantil do Pnaes deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:
> I – moradia estudantil;
> II – alimentação;
> III – transporte;
> IV – atenção à saúde;
> V – inclusão digital;
> VI – cultura;
> VII – esporte;
> VIII – creche;
> IX – apoio pedagógico; e
> X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2010).

É importante destacar que o Pnaes promove a autonomia universitária, deixando a critério da própria instituição a forma como ocorrerá os critérios de seleção dos participantes. Andrade e Teixeira (2017), complementam que cada instituição também é responsável pelo gerenciamento de suas ações de assistência estudantil. Um exemplo disso é que algumas IFES promovem alimentação de baixo custo, como é o caso dos Restaurantes Universitários (RU), ou até mesmo o acesso a bibliotecas, sem que haja qualquer distinção de classe social.

Oliveira e Oliveira (2015), acreditam que a Assistência Estudantil deve contemplar tanto os discentes de condições socioeconômicas mais pobres, quanto aos demais alunos da instituição. Entre os programas de Assistência Estudantil que

podem ser usados de maneira geral por todos os estudantes, temos: serviços referentes à biblioteca, aos laboratórios, a atividades de acompanhamento psicopedagógico, à participação no em projetos de pesquisa, assim como as ações relacionadas à cultura e ao lazer. No que se trata dos programas de Assistência Estudantil característicos de um grupo específico, geralmente estes são relacionados a ações de suporte financeiro, como auxílio à transporte escolar, à moradia, à saúde e à alimentação (Fernandes, 2012).

2.1.2 Assistência estudantil na UFPB: ações da PRAPE no apoio às estudantes

As políticas de permanência estudantil desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) compreendem um conjunto de ações destinadas a garantir condições para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso, permaneçam e concluam sua formação no ensino superior. Tais iniciativas estão fundamentadas no Pnaes, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que estabelece diretrizes para a promoção da igualdade de oportunidades, a redução das desigualdades sociais e a diminuição dos índices de evasão e retenção nas instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010).

No âmbito da UFPB, a assistência estudantil é administrada pela PRAPE por meio de programas e benefícios que buscam atender às diferentes necessidades dos estudantes. Dentre as principais ações estão o Restaurante Universitário (RU), o Auxílio-Alimentação, a Residência Universitária, o Auxílio-Transporte, o Auxílio-Moradia, o Auxílio para participação em eventos, e o Auxílio-Creche a Assistência à Saúde,. Esses benefícios têm como finalidade reduzir os impactos das dificuldades econômicas sobre a trajetória acadêmica, contribuindo para que os estudantes possam dedicar-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFPB, 2025).

A alimentação é uma das necessidades básicas do ser humano e que pode influenciar diretamente na permanência do estudante e na sua trajetória acadêmica. Sabendo disso, a Portaria PRAPE nº 03/2023 regulamentou o acesso dos estudantes ao Restaurante Universitário (RU), no qual são servidas refeições elaboradas por uma equipe especializada e com cardápios que busquem atender as necessidades nutricionais dos estudantes. E aos estudantes que não tem acesso ao

RU, podem ter acesso ao Auxílio Alimentação, de acordo com a Portaria PRAPE 01/2024 (UFPB, 2025).

O auxílio Residência Universitária consiste na concessão de acesso e uso das dependências da Residência Universitária, acesso às refeições do Restaurante Universitário e uma prestação pecuniária para custeio da alimentação nos finais de semana, materiais de higiene pessoal e material de apoio pedagógico e destina-se aos estudantes que vieram residir na cidade sede do curso matriculado (UFPB, 2025).

As Portarias PRAPE 03/2024 e 04/2024, regulamentam o Auxílio Transporte e o Auxílio Moradia. Ambas são ajudas de custos, sendo no primeiro caso destinado a ajuda financeira para locomoção no trajeto da residência para a universidade e da universidade para a residência. Já o Auxílio Moradia é a ajuda de custos para despesas com habitação, destinados a estudantes oriundos de outras cidades (UFPB, 2025).

Além disso, a UFPB disponibiliza ainda programas de apoio pedagógico, como por exemplo: o auxílio para pagamento de inscrição como de passagens em eventos, ambos fornecidos pela PRAPE, através da Portaria nº 09/2019. Ambos podem ser concedidos caso o estudante tenha trabalhos acadêmicos aprovados mediante carta de aceite. Vale ressaltar que essa solicitação deve ser feita com pelo menos 30 dias antes da data do evento e que é necessária uma série de documentos para realizar tais solicitações (UFPB, 2025).

Já a Portaria PRAPE 08/2025, regulamenta o auxílio estudantil custeando total ou parcialmente o transporte de estudantes em veículos oficiais da UFPB para participação em eventos, sejam eles de caráter acadêmico ou esportivo. Assim como no auxílio de passagens e de eventos a solicitação para uso do transporte deve ser feita com no mínimo 30 dias de antecedência e com uma exigência a mais, no momento da solicitação deve ser informado o nome e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do servidor da UFPB que estará presente durante todo o percurso realizado pelo transporte (UFPB, 2025).

No que se refere à assistência estudantil na área da saúde, a UFPB conta com o Centro de Referência em Atenção à Saúde (Cras), assim como o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O Cras oferece atendimento aos discentes regularmente matriculados e a determinados

segmentos dos servidores da instituição. Entre os serviços disponibilizados, estão consultas médicas (presenciais ou por telemedicina), realizadas de maneira totalmente gratuita, contemplando as especialidades de clínica médica, cardiologia, endocrinologia, gastroenterologia, oftalmologia, ginecologia e mastologia, pneumologia, geriatria e pediatria e psiquiatria. Também são oferecidos serviços de nutrição, psicologia, odontologia e enfermagem, além da realização de exames de imagem e laboratoriais. Por sua vez, o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres atua no acolhimento e orientação às mulheres que possam estar passando por situações que envolvam violência (UFPB, 2025).

A UFPB conta ainda com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), responsável por acolher e fornecer o suporte adequado aos estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais. Para isso, estes contam com o serviço de serviço social, psicologia, libras, impressão em Braile, além da parceria com laboratórios de fisioterapia, psicopedagogia, terapia ocupacional e fonoaudiologia (UFPB, 2026).

Além dos auxílios financeiros e dos serviços de alimentação e moradia, a PRAPE desenvolve ações voltadas ao acompanhamento psicossocial e pedagógico, oferecendo atendimento por profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia. Essas iniciativas visam fortalecer a permanência estudantil, prevenir situações de evasão e promover melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico (UFPB, 2025).

Para fortalecer as condições de permanência dos estudantes, a UFPB instituiu também a Política Materna e Parental, que contempla ações como o Auxílio-Creche e a Bolsa Maternidade, esta última destinada à concessão de auxílio financeiro mensal às estudantes mães de crianças com até 6 anos de idade incompletos.

No que se refere à estrutura institucional, a universidade dispõe ainda de Banheiro Família, Sala de Amamentação, Espaço Família (destinado à crianças de até 12 anos de idade), Espaço de Acolhimento Temporário (voltado para crianças entre 2 e 10 anos de idade), além de espaços inclusivos dentro das bibliotecas universitárias. Essas iniciativas contribuem para oferecer condições mais adequadas às estudantes que necessitam conciliar a atividade acadêmica com as responsabilidades relacionadas a maternidade e ao cuidado (UFPB, 2026).

Como forma de favorecer a permanência e a continuidade da trajetória acadêmica, a UFPB disponibiliza ainda de mecanismos de afastamento decorrentes da gestação, maternidade, adoção e paternidade. Nesses casos, os estudantes regularmente matriculados podem usufruir de um período de afastamento de, no mínimo, 180 dias, incluindo situações de perda gestacional, natimorto e neomorto (UFPB, 2026).

O Programa Bolsa Permanência (PBP), regulamentado pela Portaria MEC nº 389/2013, Apoio Estudantil Emergencial, regulamentado pela Resolução Consuni 12/2021, que busca atender de maneira emergencial a necessidades básicas, como moradia e alimentação de estudantes matriculados que se encontrem em condições de extrema vulnerabilidade (UFPB, 2025).

Nesse contexto, observa-se que as políticas de permanência estudantil extrapolam a concessão de benefícios financeiros, constituindo-se como instrumentos de promoção da equidade social, da inclusão e da democratização do ensino superior. Ao garantir condições materiais, pedagógicas e psicossociais para a continuidade dos estudos, essas políticas contribuem para a efetivação do direito à educação e para a redução das desigualdades que afetam o percurso acadêmico dos estudantes (Brasil, 2010; UFPB, 2025).

2.2 Gênero, diversidade e os desafios da mulher na trajetória acadêmica

Um aspecto relevante evidenciado pelos autores refere-se à influência das políticas públicas de educação na promoção da igualdade de gênero. Por meio da atuação do poder público, busca-se implementar programas, projetos, planos e outros afins que contribuam para a redução das desigualdades de gênero e para a promoção dos direitos humanos no ambiente escolar (Vianna et al., 2011).

De acordo com Carvalho, Andrade e Menezes (2009), o gênero pode ser compreendido como uma construção ideológica e identitária, relacionada às formas pelas quais as sociedades atribuem significados e papéis aos indivíduos. Por sua vez, a sexualidade pode ser entendida como algo inerente ao ser humano, constituindo uma necessidade básica de cada indivíduo que envolve aspectos biológicos, psicológicos, afetivos e socioculturais (Altman, 2001). Nesse sentido, a Educação Sexual é vista como um processo que possibilita o questionamento de

valores, crenças e concepções socialmente construídas, devendo ser abordada no ambiente escolar a partir da 5ª série (Ribeiro, 2010).

É importante ressaltar que discutir a sexualidade não é o mesmo que discutir gênero. Enquanto a sexualidade compreende as múltiplas formas de vivenciar sentimentos, desejos, afetos e relações humanas, o conceito e gênero refere-se às construções sociais, histórico e culturais que definem papéis, identidades e relações entre homens, mulheres e outras identidades de gênero (Altman, 2001). Embora sejam conceitos distintos, ambos se relacionam diretamente com a formação dos sujeitos e com a promoção do respeito à diversidade no contexto educacional.

No que se refere às discussões sobre gênero e diversidade sexual, os movimentos sociais desempenham papel fundamental na formulação e no fortalecimento de políticas públicas. Destaca-se a atuação do Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBTT), que historicamente tem contribuído para ampliar o debate sobre direitos, cidadania e inclusão social. Apesar da temática da sexualidade estar presente no currículo escolar há várias décadas, as discussões sobre diversidade sexual ainda enfrentam resistência em diferentes contextos educacionais, evidenciando a necessidade de ampliar espaços de diálogo e formação (Vianna, 2012).

A literatura aponta diversos desafios para a efetivação dessas discussões nas escolas. Entre os principais obstáculos encontram-se a capacitação insuficiente dos profissionais de educação; as fragilidades da formação docente e a persistência de preconceitos que dificultam a abordagem adequada dessa temática em sala de aula (Lira, 2009). Tais fatores evidenciam a importância do investimento em políticas de formação continuada que preparem os educadores para trabalhar questões relacionadas à sexualidade, ao gênero e à diversidade de maneira crítica, ética e inclusiva (Ribeiro, 2009).

2.2.1 Políticas públicas e a promoção da diversidade sexual

De acordo com Silva (2010), a inserção das discussões sobre gênero nas políticas públicas brasileiras teve início na década de 1990, período em que a homossexualidade passou a ser abordada, sobretudo, a partir de iniciativas relacionadas aos direitos civis e às garantias jurídicas. Em 1995, durante o governo

Fernando Henrique Cardoso teve início a agenda de compromissos relacionados a gênero e sexualidade no âmbito das políticas públicas brasileiras (Vianna, 2012).

Nesse contexto, em 1997, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais, responsável por trazer orientações a respeito das práticas pedagógicas no país. Os PCN já contemplavam discussões sobre sexualidade e gênero nos currículos escolares, reconhecendo a importância dessas temáticas para a formação dos estudantes. No entanto, a implementação dessas diretrizes enfrentou diversos desafios, entre os quais se destacam a insuficiente formação docente, a precariedade dos cursos de capacitação e as dificuldades encontradas pelos professores para abordar tais conteúdos em sala de aula (Silva, 2009; Ribeiro, 2009).

Posteriormente, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003), as políticas voltadas às questões de gênero e diversidade sexual obtiveram maior visibilidade e avanços significativos. Nesse período, foram desenvolvidos diversos projetos e programas sociais, além da criação de órgãos governamentais específicos, como é o caso da: Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) (Vianna, 2012).

No âmbito do Ministério da Educação (MEC), foram criadas as Secretarias de Inclusão Educacional (Secrie) e a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (Seea). Anos depois, essas secretarias se fundiram originando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), responsável pela implementação de importantes políticas educacionais voltadas à inclusão e ao respeito à diversidade. Entre as iniciativas desenvolvidas destacam-se o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), as Conferências de Políticas para as Mulheres (realizadas em 2004 e 2007) e o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), dentre outras ações voltadas à promoção dos direitos humanos (Vianna, 2012).

Um dos principais objetivos desses programas era trabalhar a educação de maneira inclusiva e não sexista, além de combater diferentes formas de violência e discriminação no ambiente escolar. Tais programas buscam diminuir as desigualdades enfrentadas pela população LGBTT, assim como prevenir a evasão escolar decorrente de preconceito e promover o respeito à diversidade de gênero e

sexualidade no contexto educacional (Rossi, 2010). Diante desse cenário, observa-se que a luta das mulheres por igualdade de direitos, especialmente no que se refere ao acesso à educação e à participação nos espaços acadêmicos, constitui um importante marco histórico das políticas de gênero no Brasil. Nas últimas décadas, tem sido possível identificar um crescimento gradual da participação feminina na produção do conhecimento científico brasileiro. Melo et al. (2004), ao analisarem a distribuição de bolsas de pesquisa no país, verificaram que, em 1990, das 617 bolsas concedidas, apenas cerca de 18% foram destinadas às mulheres.

Com o passar dos anos, houve um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho e nos espaços de produção científica, fenômeno que pode estar relacionado ao maior acesso das mulheres à educação formal e ao ensino superior. Nesse contexto, visando ampliar as discussões sobre gênero e diversidade nas instituições de ensino, passou a ser oferecido, a partir de 2008, o curso *Gênero e Diversidade na Escola*. A formação, ofertada na modalidade de ensino a distância, tem como objetivo proporcionar formação continuada a professores e profissionais da educação sobre temas relacionados a gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas com os direitos humanos (Centro, 2009).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, utilizando-se da análise documental atrelada à reflexão sobre ingresso, conclusão, cancelamento e trancamento de matrícula disponibilizados em registros institucionais da UFPB.

De acordo com Munhoz e Noleto (2024), a pesquisa qualitativa é considerada um método de investigação que utiliza técnicas como entrevista e análise de documentos como forma de explorar as particularidades dos eventos a serem estudados.

Com relação aos procedimentos técnicos, este estudo enquadra-se ainda em uma pesquisa de cunho documental, que de acordo com Ludke; André (2015), são utilizados dados concretos disponibilizados em documentos. Para isso, foi realizada uma análise de dados institucionais referentes ao histórico acadêmico das estudantes disponibilizados pela UFPB.

O universo da pesquisa compreendeu a Universidade Federal da Paraíba, especificamente o Centro de Educação. Nesse contexto, foram utilizados dados referentes às estudantes do Curso de Pedagogia.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos originais, com texto completo disponível, publicados nos idiomas português e/ou inglês, que tivessem como público-alvo estudantes do curso de Pedagogia e abordassem as políticas de assistência estudantil como temática central. Como critérios de exclusão, foram consideradas as publicações duplicadas, aquelas que não disponibilizassem o texto completo, revisões de literatura, monografias, teses e dissertações, bem como estudos cujo público-alvo não correspondesse às estudantes do curso de Pedagogia ou que não apresentassem as políticas de assistência estudantil como tema central.

Para a análise das políticas de acesso, foram utilizados dados secundários extraídos do painel metabase da UFPB. A consulta foi realizada mediante a aplicação dos filtros “Centro de Educação”, “Gênero feminino” e “Ingressantes por cotas”, considerando as diferentes modalidades de ações afirmativas disponibilizadas pela instituição. A partir desses dados, foram analisados os indicadores de ingressantes, concluintes, cancelamentos e trancamentos das estudantes do curso de pedagogia, permitindo compreender aspectos relacionados ao acesso e à permanência das mulheres na graduação.

Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise estatística descritiva, possibilitando a elaboração de tabelas e gráficos para a apresentação e interpretação dos resultados. A análise dos dados permitiu identificar a evolução dos indicadores acadêmicos ao longo do período estudado, contribuindo para a compreensão da trajetória dos estudantes na instituição.

Vale ressaltar que para auxiliar na organização textual, revisão gramatical e aprimoramento da escrita acadêmica, foi utilizada uma ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT, OpenAI). Todas as informações produzidas foram revisadas, verificadas e adaptadas pela autora, que assume integral responsabilidade pelo conteúdo final do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com dados disponibilizados pelo Relatório de Gestão (2025), a Universidade Federal da Paraíba dispõe de 4 Campus, sendo estes: Campus I em João Pessoa e Santa Rita; Campus II na cidade de Areia; Campus III em Bananeiras e o Campus IV em Rio Tinto/Mamanguape. Esta disponibiliza cursos presenciais e a distância, que vão desde níveis técnicos até a pós-graduação. Dentre as áreas de atuação acadêmica temos a Educação e Tecnologias, na qual está disposta o Centro de Educação (UFPB, 2025).

O CE foi criado em 1978, com o objetivo de fortalecer as atividades acadêmicas voltadas à área educacional e promover o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como uma das principais unidades acadêmicas da instituição, reunindo cursos de graduação, programas de pós-graduação e diversas ações voltadas à produção do conhecimento e ao aprimoramento das práticas educacionais. Atualmente, o CE destaca-se por sua contribuição para o avanço das pesquisas em Educação, para a qualificação de profissionais e para o fortalecimento da educação básica e do ensino superior. O CE conta com a seguinte estrutura:

> sete (07) departamentos, quatro (04) cursos de graduação presenciais, um (01) curso de graduação a distância, um (01) curso de segunda licenciatura do PARFOR EQUIDADE, quatro (04) programas de pós-graduação stricto sensu, a Clínica-Escola de Psicopedagogia, o Colégio de Aplicação/Escola de Educação Básica, o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio e diversos laboratórios, núcleos de pesquisa e setores de apoio estudantil (UFPB, 2026).

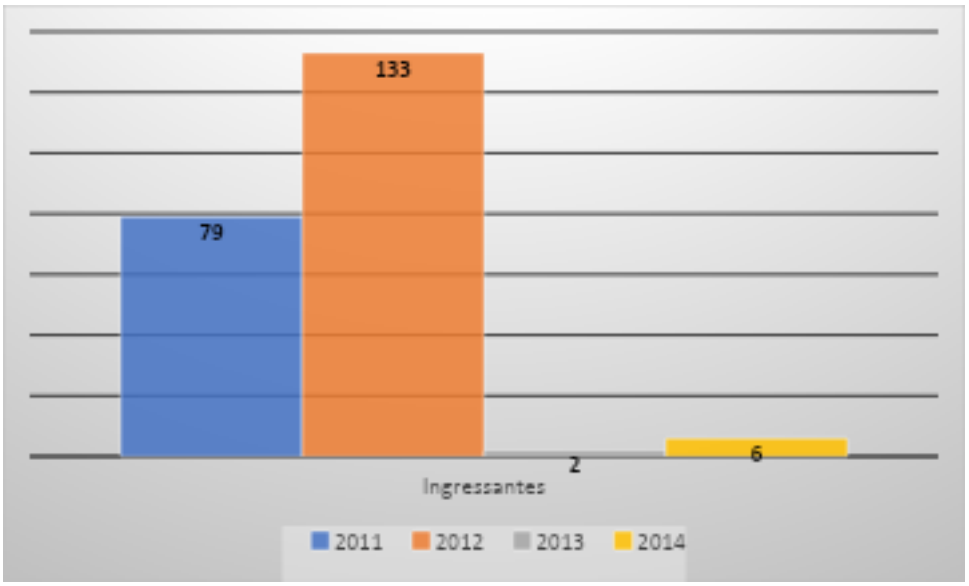
No que se refere aos cursos de graduação, o Centro de Educação oferece cinco cursos na modalidade presencial e um curso na modalidade a distância. Na modalidade presencial, são ofertados os cursos de Ciência das Religiões (Bacharelado e Licenciatura), Pedagogia, Pedagogia – Educação do Campo e Psicopedagogia (Bacharelado). Além disso, o Centro disponibiliza o curso de Pedagogia na modalidade de Educação a Distância (EaD) (UFPB, 2026).

O ingresso nesses cursos ocorre por meio das políticas de acesso adotadas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fundamentadas no princípio da democratização do ensino superior público. O principal mecanismo de seleção é o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que utiliza as notas obtidas no ENEM, em

conformidade com a Lei de Cotas e suas atualizações. Essas políticas visam ampliar o acesso de estudantes oriundos da rede pública de ensino, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, contribuindo para a inclusão social e a redução das desigualdades educacionais.

Ao traçar um panorama do curso de Pedagogia do CE da Universidade Federal da Paraíba, observa-se uma expressiva participação feminina, evidenciando a permanência do processo histórico de feminização da docência. Os dados institucionais analisados demonstram que, entre as estudantes do sexo feminino, houve 79 ingressantes em 2011, número que aumentou para 133 em 2012, representando o maior quantitativo do período analisado. A partir de 2013, verifica-se uma redução acentuada no número de ingressantes, com o registro de apenas 2 ingressantes em 2013 e 6 em 2014 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do número de ingressantes do sexo feminino no período de 2011 a 2014.



Fonte: UFPB, 2026 (Adaptado).

Essa redução, entretanto, não deve ser interpretada, necessariamente, como uma diminuição da procura pelo curso, podendo estar relacionada às características da base de dados analisada, ao recorte temporal adotado ou à disponibilidade dos registros institucionais utilizados na pesquisa. Além disso, a oscilação observada nos dados específicos do curso de Pedagogia não representa, necessariamente, a tendência geral da participação feminina no ensino superior brasileiro.

Estudos apontam que, nas últimas décadas, a presença das mulheres nesse nível de ensino apresentou crescimento significativo, resultado de transformações sociais, culturais e educacionais que ampliaram as possibilidades de acesso e participação feminina na educação.

No caso específico do curso de Pedagogia, a expressiva presença feminina também pode ser compreendida a partir do processo histórico de feminização do magistério. Almeida (1998), destaca que, durante muito tempo, a docência foi uma profissão predominantemente exercida por mulheres. Esse processo esteve relacionado à construção social de papéis atribuídos aos sexos, que associava as mulheres às atividades de cuidado e educação, consideradas próximas daquelas tradicionalmente desempenhadas no espaço doméstico. Dessa forma, o exercício do magistério passou a ser socialmente associado às características atribuídas à feminilidade, contribuindo para a crescente inserção das mulheres nessa área profissional.

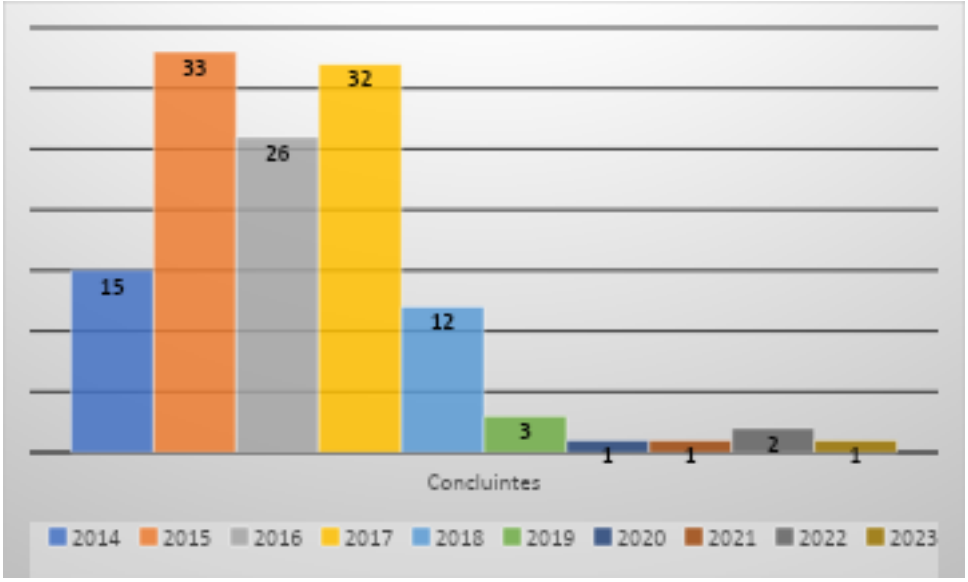
Em consonância com essa perspectiva, Rocha (2022), identificou que, entre as décadas de 1970 e 1990, havia 178 mulheres matriculadas no curso de Pedagogia, enquanto apenas nove homens estavam matriculados no mesmo período. Esses dados evidenciam a predominância feminina na formação em Pedagogia, fenômeno que também pode ser relacionado à construção histórica da docência como uma atividade predominantemente feminina. Carvalho (1999), corrobora essa compreensão ao destacar que o magistério foi historicamente concebido como uma prática feminina, sobretudo em razão dos valores, posturas e comportamentos socialmente associados à cultura e aos papéis atribuídos às mulheres.

Outro aspecto que contribuiu para a feminização do magistério esteve relacionado às condições de trabalho e remuneração da profissão. Segundo Reis (1993), em determinado período histórico, a docência era exercida também por homens, que, diante das baixas remunerações e das condições precárias de trabalho, passaram a buscar oportunidades em outros setores da economia, como o comércio e a indústria. Nesse contexto, a inserção das mulheres no magistério foi ampliada, mesmo diante das condições pouco favoráveis da profissão, contribuindo para a consolidação da presença feminina nesse campo profissional.

Nesse sentido, Sampaio e Alves (2025), destacam que fatores como o avanço dos movimentos feministas e a ampliação dos direitos das mulheres contribuíram para o aumento da participação feminina nas instituições de ensino superior. Essas transformações favoreceram não apenas a ampliação do acesso das mulheres à educação universitária, mas também a criação de condições para sua permanência e continuidade na trajetória acadêmica.

Em relação à permanência e à conclusão do curso, os maiores quantitativos de concluintes foram registrados em 2015 (33 estudantes) e 2017 (32 estudantes), seguidos de 2016 (26 estudantes) e 2014 (15 estudantes). Após 2018, observa-se redução gradual no número de concluintes, registando-se apenas 1 a 3 conclusões anuais entre 2019 e 2023 (Gráfico 2).

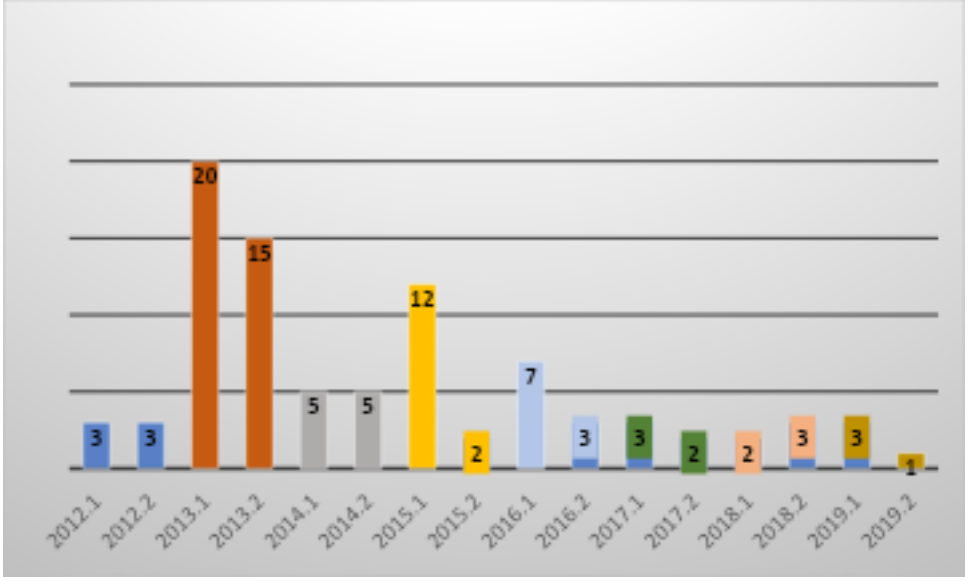
Gráfico 2 - Variação anual do número de concluintes no período de 2014 a 2023.



Fonte: UFPB, 2026 (Adaptado).

Quanto aos cancelamentos, os dados revelam maior incidência em 2013, com 35 cancelamentos, seguido de 2015 (14), 2014 (10) e 2016 (10). Nos anos posteriores, verifica-se diminuição desse indicador, variando entre 4 e 5 cancelamentos anuais (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução do número de cancelamentos de matrícula por ano, no período de 2012 a 2019.



Fonte: UFPB, 2026 (Adaptado).

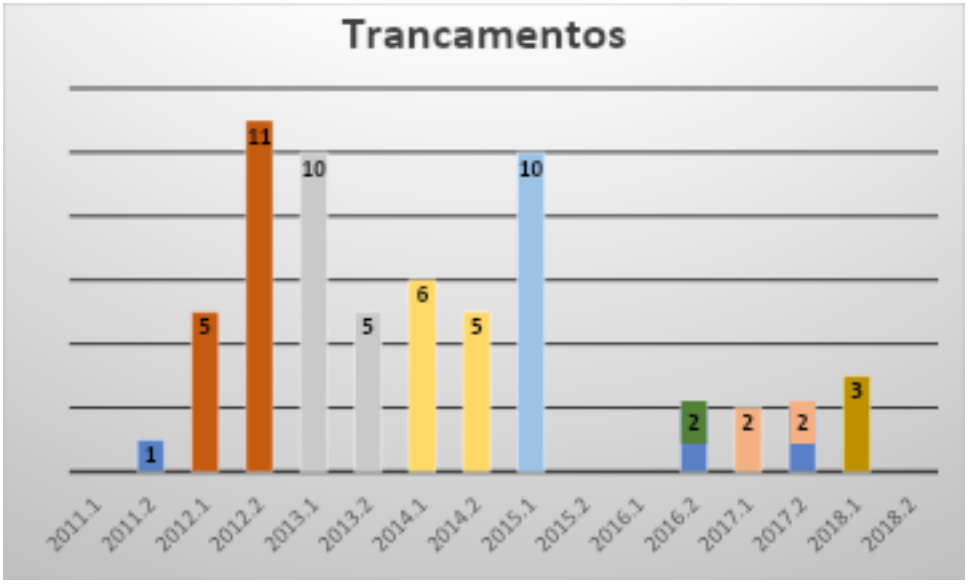
Em um estudo realizado por Santos e Garcia (2026), foram analisados 22 relatórios referentes aos requerimentos de cancelamento de matrícula de estudantes de um Campus de um Instituto Federal de Ensino. No que se refere às causas apontadas para o cancelamento, foram identificados diferentes fatores, entre os quais se destacam: a dificuldade de adaptação ao meio acadêmico e/ou de conciliação entre os estudos e o trabalho, ocasionando desempenho insatisfatório e impossibilitando a continuidade no curso; a falta de identificação com a área de formação escolhida; as dificuldades institucionais, relacionadas, por exemplo, às greves e a outras questões relacionadas ao ensino superior; as dificuldades de permanência na instituição, considerando que muitos destes estudantes moravam em outros municípios; a mudança de curso; e, por fim, os altos custos financeiros relacionados ao transporte necessário para o deslocamento até a instituição de ensino.

Em consonância com esses achados, Silva (2019), destaca que os fatores anteriormente mencionados reforçam a importância do fortalecimento das políticas de Assistência Estudantil, especialmente diante das dificuldades financeiras e de permanência enfrentadas pelos estudantes. Essas políticas podem contribuir para o subsídio de despesas relacionadas à trajetória acadêmica, como transporte, alimentação e moradia, entre outras necessidades, favorecendo condições mais adequadas para a continuidade dos estudos. Dessa forma, a Assistência Estudantil constitui-se como um importante instrumento para o enfrentamento dos fatores que

podem levar à evasão, contribuindo, consequentemente, para a permanência dos discentes nas instituições de ensino superior.

Os dados referentes aos trancamentos das alunas do curso de Pedagogia mostram que essa forma de interrupção temporária da trajetória acadêmica concentrou-se principalmente entre 2012 e 2015. Em 2012 foram registrados 16 trancamentos (5 no primeiro período e 11 no segundo), em 2013 ocorreram 15, em 2014 foram 11 e em 2015 10. A partir de 2016, observa-se redução significativa, indicando menor utilização desse mecanismo pelas estudantes (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Número de trancamentos de matrícula no período de 2011 a 2018.



Fonte: UFPB, 2026 (Adaptado).

Esses dados demonstram que o ingresso na universidade representa um desafio significativo. Entretanto, a permanência ao longo de todo o curso mostra-se ainda mais complexa, evidenciada pelos índices de cancelamento e trancamento de matrícula. Conforme apontam Aguiar, Pires e Reis (2019), essa realidade pode estar relacionada ao acúmulo de múltiplos papéis desempenhados por muitas estudantes, que frequentemente conciliam as responsabilidades de mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora, além das demandas acadêmicas.

Corroborando essa perspectiva, o estudo de Andrade (2016), evidenciou que a presença de crianças na família pode elevar em aproximadamente 14% a

probabilidade de evasão no ensino superior, demonstrando que as responsabilidades familiares podem impactar diretamente a permanência das mulheres na universidade.

Moraes (2003), destaca que a implementação de políticas de assistência estudantil está diretamente relacionada à permanência dos estudantes nas instituições de ensino, especialmente por contribuir para a redução de dificuldades que podem comprometer sua trajetória acadêmica. Nesse contexto, a Universidade Federal da Paraíba disponibiliza através da PRAPE, diferentes programas e benefícios destinados a oferecer suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa perspectiva está em consonância com o Decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Pnaes, tendo entre seus objetivos contribuir para a permanência dos estudantes nas instituições federais de ensino. Embora as ações de Assistência Estudantil sejam direcionadas prioritariamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, Oliveira e Oliveira (2015), destacam que essas ações devem considerar também as necessidades dos demais estudantes da instituição, de modo a promover condições mais igualitárias de acesso e permanência no ensino superior.

Entre os principais programas e benefícios disponibilizados aos estudantes da UFPB, destacam-se o Restaurante Universitário (RU), a Residência Universitária, o Auxílio-Moradia, o Auxílio-Alimentação, o Auxílio-Transporte, o Auxílio-Creche, a Bolsa Permanência, à assistência à saúde, dentre outros (UFPB, 2025).

Entre essas iniciativas, destaca-se o Auxílio Creche, especialmente por sua relevância para as estudantes mães com filhos pequenos. Esse benefício contribui para reduzir as dificuldades relacionadas à conciliação entre as responsabilidades acadêmicas e as demandas de cuidado, possibilitando que essas estudantes tenham melhores condições para se dedicar às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, constitui-se como uma importante estratégia de apoio à permanência e à continuidade da trajetória acadêmica das estudantes com filhos (UFPB, 2025).

Outro programa que merece destaque é o RU Parentalidade, iniciativa da UFPB regulamentada pela Resolução CONSUNI nº 10/2026. O programa garante o acesso subsidiado aos Restaurantes Universitários da instituição para crianças de até 12 (doze) anos de idade que sejam dependentes de estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação ou pós-graduação *stricto sensu* e

que já sejam contemplados com o subsídio integral para utilização dos restaurantes universitários. A iniciativa constitui uma importante medida de apoio à permanência estudantil, especialmente para estudantes que possuem filhos, ao contribuir para a conciliação entre as responsabilidades acadêmicas e familiares (UFPB, 2026).

No estudo realizado por Abreu e Amaral (2024), verificou-se que os principais motivos que levaram os estudantes a solicitarem algum tipo de auxílio estudantil estavam diretamente relacionados à sua situação econômica. Nesse sentido, os auxílios constituem-se como uma importante alternativa para o custeio das despesas necessárias à permanência no curso, contribuindo para minimizar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos discentes ao longo de sua trajetória acadêmica.

Costa et al. (2026), destacou que diversos fatores podem influenciar a permanência dos estudantes no ensino superior, ressaltando que o acesso a benefícios vinculados às políticas de assistência estudantil constitui um elemento significativo para favorecer a continuidade da trajetória acadêmica e o êxito dos estudantes.

Nesse sentido, os resultados deste estudo evidenciam que as políticas de acesso implementadas pela UFPB contribuíram para a expressiva participação feminina no curso de Pedagogia, reforçando o papel da instituição na democratização do ensino superior. Entretanto, os indicadores de conclusão, cancelamento e trancamento demonstram que a ampliação do acesso, embora constitua uma etapa fundamental para a democratização da educação, não é suficiente, por si só, para assegurar a permanência e a conclusão da trajetória acadêmica das estudantes.

Dessa forma, os resultados reforçam a importância do fortalecimento e da ampliação das políticas institucionais voltadas não apenas à democratização do acesso, mas também à permanência e ao êxito acadêmico. Nesse processo, a assistência estudantil assume papel relevante ao oferecer condições de suporte às estudantes diante das diferentes dificuldades de ordem socioeconômica, familiar e acadêmica que podem interferir na continuidade de sua formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mostra-se pertinente, pois buscou analisar de que maneira as políticas de Assistência Estudantil contribuem para a permanência das estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Os resultados demonstraram que, embora o acesso ao ensino superior seja fundamental, a permanência e a conclusão da graduação também estão relacionadas às condições sociais, econômicas e familiares vivenciadas pelas estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

O estudo verificou que as políticas desenvolvidas pela UFPB, por meio da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante, contemplam ações como auxílio-transporte, alimentação, moradia, auxílio-creche e acompanhamento pedagógico e psicossocial. Essas iniciativas contribuem para a permanência estudantil, uma vez que oferecem suporte diante de diferentes dificuldades que podem interferir na continuidade da formação acadêmica. Os dados analisados também evidenciaram oscilações no ingresso e uma redução no número de concluintes, reforçando a necessidade de fortalecer e ampliar as políticas de permanência estudantil.

Como propostas de melhoria, destaca-se a necessidade de ampliar a divulgação das políticas de Assistência Estudantil, de modo que um maior número de estudantes conheça os benefícios e os procedimentos necessários para acessá-los. Também se faz necessário fortalecer o acompanhamento pedagógico e psicossocial, bem como ampliar a oferta de auxílios destinados à alimentação, ao transporte, à moradia e à creche. Nesse sentido, o aumento do número de vagas nos programas de assistência é igualmente importante, considerando a existência de listas de espera e a possibilidade de que a insuficiência de vagas limite o acesso de estudantes que necessitam desses benefícios para permanecer na universidade.

Além disso, é importante ampliar os investimentos em políticas de permanência e em bolsas vinculadas a programas de ensino, pesquisa e extensão, considerando que essas iniciativas também podem contribuir para a manutenção dos estudantes na universidade e para o fortalecimento de sua formação acadêmica.

Outra medida relevante consiste no acompanhamento mais sistemático da trajetória acadêmica das estudantes, com o objetivo de identificar, de maneira

antecipada, dificuldades que possam resultar em trancamento, cancelamento de matrícula ou evasão.

Ressalta-se, ainda, a importância de ampliar e aprimorar continuamente as ações de Assistência Estudantil, considerando a diversidade das condições sociais e as diferentes necessidades apresentadas pelas estudantes. Dessa forma, garantir o acesso à universidade não é suficiente; é necessário assegurar condições adequadas para que os estudantes possam permanecer na instituição, participar das atividades acadêmicas e concluir sua formação.

Conclui-se, portanto, que as políticas de Assistência Estudantil desempenham papel relevante na permanência dos estudantes no ensino superior e, por isso, devem ser fortalecidas, ampliadas e continuamente avaliadas. O investimento nessas políticas contribui para a construção de uma universidade pública mais equitativa, inclusiva e democrática, comprometida não apenas com o acesso à educação superior, mas também com a garantia de condições para a permanência e a conclusão da formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. P.; AMARAL, W. R. A política de apoio estudantil do Instituto Federal do Paraná e os motivos de evasão dos estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil no Campus Londrina**. In: Anais do III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do GEPESSE**: “Serviço Social e Educação: Desafios do Verbo Esperançar!”. Gradus Editora, 318p, 2024. Disponível em: https://www.graduseditora.com/_files/ugd/c7d661_762b7aa7f25e4d70a354d68b2a7ddb9a.pdf#page=68 Acesso em: 8 ago. 2026.

AGUIAR, S. G.; PAES, V. N.; REIS, S. M. A. D. O. Mulher, mãe, dona de casa e esposa: dificuldades e superações para ingressar e permanecer na universidade pública. **In: VII SEMINÁRIO NACIONAL E III SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E PRÁXIS EDUCACIONAL**, Vitória da Conquista - BA. Seminário Gepráxis [...]. Vitória da Conquista - Bahia: UESB, 2019. v. 7, p. 4935-4951. Disponível em: http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/8923#. Acesso em: 6 jun. 2026.

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação, a paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998.

ANDRADE, M. O. Os Gêneros e a Evasão no Ensino Superior: estudo de caso da Faculdade Governador Ozanam Coelho. **Revista Cientifica Fagoc Multidisciplinar**, Minas Gerais, p. 59-64, Semanal, 2016.

ARAÚJO, F. S.; BEZERRA, J. C. B. Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira. **In: Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís: UFMA, 2007.

ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas** — CFH/CCE/UFSC, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-85, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010.** Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pnaes Acesso em: 06 julh. 2026.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio de a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

_____. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; MENEZES, C. S. **Equidade de gênero e diversidade sexual na escola**: por uma prática pedagógica inclusiva. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2009.

CENTRO Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – IMS/UERJ. **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; MENEZES, C. S. **Equidade de gênero e diversidade sexual na escola**: por uma prática pedagógica inclusiva. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2009.

CARVALHO, E. S. **Permanência na educação superior:** contribuições da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Dissertação (mestrado). João Pessoa, 2020.

COSTA, A. D. A.; DIAS, E. F.; BARROS, J. G.; PADILHA, J. D. H.; SANTOS, L. L.; COSTA JÚNIOR, R. S.; BREDA JÚNIOR, W. C.; SOUZA, E. B. Assistência estudantil e permanência acadêmica nos Institutos Federais: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 14, n. 26, p. 702-10, 2026.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: avaliação e políticas públicas de educação,** Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-81, mar. 2017.

ESTRADA, A. A.; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 16, fev. 2014. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359 . Acesso em: 28 jun. 2026.

FARIA, R. P. N. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de geografia em escolas públicas de Goiânia, Goiás**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FREDENHAGEM, S.; COMETTI, N.; BONFIM, C. J. L.; ARAÚJO, F. D. A voz da evasão. **Revista Eixo**. Instituto Federal de Educação. Ciência e Tecnologia de Brasília, n. 2, v. 1, 2012. Disponível em: http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.index.php/RevistaEixo/issue/view/9 . Acesso em: 16 jul. 2026.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira**. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

LIRA, A. **O tema transversal "orientação sexual" nos PCN e atitude dos professores**: convergentes ou divergentes? Dissertação (Mestrado) – UFRPe, Recife, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação** v. 20, n. 60, jan./mar., 2015.

MUNHOZ; L. P.; NOLETO, E. O. Pesquisa em educação e abordagem qualitativa: breves observações. **Revelli,** v. 16, 2024.

OLIVEIRA, G. E.; OLIVEIRA. M. R. N. S. A permanência escolar e suas relações com a política de Assistência Estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, p. 198-215, 2015.

OTRANTO, C. R. A política de educação profissional do Governo Lula: novos caminhos da educação superior. In: _____. Reunião anual da anped, 34., 2011, natal. **Anais eletrônicos da 34° reunião anual da anped,** natal, 2011.

REIS, M. C. D. **Tessitura de destino**: mulheres e educação. São Paulo, EDUC,1993.

RIBEIRO, C. Saberes, poderes, verdades: imbricando rizomaticamente gêneros, sexualidades e E(e)ducação. **Revista Instrumento**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p.147-54, jul./dez. 2010.

RIBEIRO, J. F. **Sexualidade na escola**: um olhar sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. Dissertação (Mestrado) – UFJF, Juiz de Fora, 2009.

ROCHA, M. G. P. M. **A feminilização do magistério em Limoeiro do Norte – CE**: um estudo de caso do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FADIFAM) – décadas de 1970 a 1990. 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2022. Disponível em: https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=106232 Acesso em: 22 agos. 2026.

ROSSI, A. **Avanços e limites no combate à homofobia**: uma análise do processo de implementação do Programa Brasil sem Homofobia. 2010. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

SAMPAIO, F. F. G.; ALVES, F. C. Presença da mulher no ensino superior: concepções de estudantes do Instituto de Formação de Educadores. **Periferia**, v. 17, p. 1-25, 2025.

SANTOS, D. A.; GARCIA, R. P. M. Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil em um Instituto Federal de Ensino. **Educação em um Contexto Multidisciplinar: concepções, abordagens e experiências**, v. 4, 2026.

SILVA, E. M. C. **Um modelo descritivo para auxiliar o acompanhamento da evasão escolar nos cursos técnicos e superiores no Instituto Federal do Rio Grande do Norte - Campus do São Gonçalo do Amarante**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação em Tecnologias Educacionais) – Instituto Metrópole Digital, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28334. Acesso em: 08 ago. 2026.

SILVA, C. **A igualdade ainda vai chegar**: desafios para a construção da 'cultura do respeito' aos direitos de cidadania do segmento LGBTT em uma escola pública do município de São Paulo. Tese (Doutorado) – Feusp, São Paulo, 2010.

SILVA, S. **A mulher professora e a sexualidade**: representações e práticas no espaço escolar. Dissertação (Mestrado) – UFM, São Luís, 2009.

UFPB. **Relatório de Gestão UFPB 2025** [recurso eletrônico]. SILVA, A. B.; NASCIMENTO, J. M. L.; ALMEIDA, A. T. C. (Comissão de elaboração). – Dados eletrônicos - João Pessoa: UFPB, 2026. Disponível em: https://drive.ufpb.br/s/LwJC2ActWKkY8Mo Acesso em: 03 ago. 2026.

_____. **Institui a Política Materna e Parental da Universidade Federal da Paraíba.** UFPB, 2026. Disponível em: https://www.prape.ufpb.br/wp-content/uploads/sites/207/sites/207/2026/06/Res._Consuni_n_10.2026-2.pdf Acesso em: 16 ago. 2026.

_____. **Relatório de Gestão do Centro de Educação** – Ano 2025. Dados eletrônicos - João Pessoa: UFPB, 2026. Disponível em: https://drive.ufpb.br/s/tTS86EJWKwePYNR Acesso em: 03 ago. 2026.

_____. **Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)**. Relatório de Gestão da PRAPE. João Pessoa: UFPB, 2025. Disponível em: https://www.prape.ufpb.br. Acesso em: 28 jul. 2026.

_____. **Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)**. Portal Institucional. João Pessoa: UFPB. Disponível em: https://www.prape.ufpb.br. Acesso em: 28 jul. 2026.

_____. **Painel Metabase: Políticas de Acesso**. João Pessoa: UFPB, 2026. Disponível em: https://metabase.ufpb.br/public/dashboard/fb949a9e-8cfe-4a20-bdf1-dec01acfad7d. Acesso em: 29 jul. 2026.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

VIANNA, C.; CARVALHO, M.; SCHILLING, F.; MOREIRA, M. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 115, p. 525-45, abr./jun. 2011.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-43, maio/ago. 2012.